

Introdução

A proposta do presente artigo é apresentar os resultados da investigação analítica e interpretativa, na capital capixaba, da pesquisa: Habitação Popular em regiões portuárias - Rio de Janeiro e Vitória. Uma perspectiva histórica. Neste sentido, este se inscreve no campo da história social da arquitetura e do urbanismo articulando o espaço construído às políticas norteadoras para a habitação do operariado que definiu novas identidades na área central de Vitória.

Quanto ao recorte temporal, se destacou o período histórico que inicia no final do século XIX, período de transformações de ordem econômica, social, política e cultural e se encerra nos anos 30 do seguinte quando, sob o olhar da investigação da habitação popular, a construção de casas passa a ser financiada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões iniciando a produção social de moradias em grande escala.

O objetivo principal é registrar as transformações territoriais apresentando as vilas que foram construídas na cidade no período em questão. As políticas higienistas e seus desdobramentos que deram início ao processo que se estendeu por cerca de quatro décadas.

Os resultados apresentados a seguir compõem o panorama da habitação popular coletiva planejada dentro dos preceitos do higienismo na capital capixaba.

O Higienismo no Centro de Vitória

A ocupação espacial de Vitória nos primeiros séculos se restringiu ao seu núcleo histórico com edificações locadas na área de topografia acidentada onde o solo era firme. Estas eram construídas em ladeiras estreitas e tortuosas evitando o risco dos alagamentos pela alta das marés.

De acordo com Daemon, os primeiros aterros na cidade foram realizados apenas em 1818 pelo Governador Rubim, nas áreas do Porto dos Padres, do Pelame e do Largo da Conceição da Praia e suas adjacências (DAEMON, 1879, p.247).

“Antes da última década do século XIX poucas e inexpressivas foram as transformações

* Universidade Federal Fluminense – Doutora em Engenharia de Produção.

** Universidade Federal do Espírito Santo – Doutor em História Social.

de âmbito urbanístico, a cidade convivía com características coloniais, sem infraestrutura, água, esgoto e iluminação pública.” (MENDONÇA, 2009, p.43). Foi a agricultura voltada para a exportação do café a propulsora das mudanças urbanas da época.

A participação da engenharia nacional nas transformações urbanas capixabas é fundamental, se pode contar nos dedos de uma única mão o número de engenheiros que atuaram na Província na primeira metade do século XIX, na segunda, em especial nas três últimas décadas, esta situação muda e estes profissionais abundam em atuações profissionais enquanto urbanistas, sanitaristas e políticos (RIBEIRO, 2011, p.141).

No governo de Muniz Freire (1892-1896) a Comissão de Melhoramentos da Capital presidida pelo engenheiro Saturnino de Brito realizou o Projeto do Novo Arrabalde (1896). O projeto que estendia a cidade a áreas antes desabitadas, ordenando uma ocupação de espaço de forma racional e criando um bairro destinado a elite urbana, voltado para os ares salubres da praia, com lotes espaçosos e vias largas que ainda hoje são referência da Praia do Canto (nome atual da região). No que tange à habitação popular previa a construção da Vila Monjardim (núcleo operário) em Jucutuquara, uma região mais próxima do centro histórico e mais interiorizada.

No mesmo período é contratado com a companhia Torrens (1894) o Plano de Arruamento para a Vila Moscoso na região do centro conhecida como Lapa do Mangal, Mangal do Campinho ou Campinho, área alagada que sofreu sucessivamente vários aterros em nome da salubridade pública. Este contrato inseria-se, junto com a reformulação da cidade alta e a do Largo da Conceição, num projeto que se propunha a dar ares de modernização à capital capixaba dentro da ótica da nova ordem republicana e da filosofia positivista de Auguste Comte.

Na figura 1 a seguir, observa-se à esquerda (em verde) a área do Campinho depois dos primeiros aterros realizados.

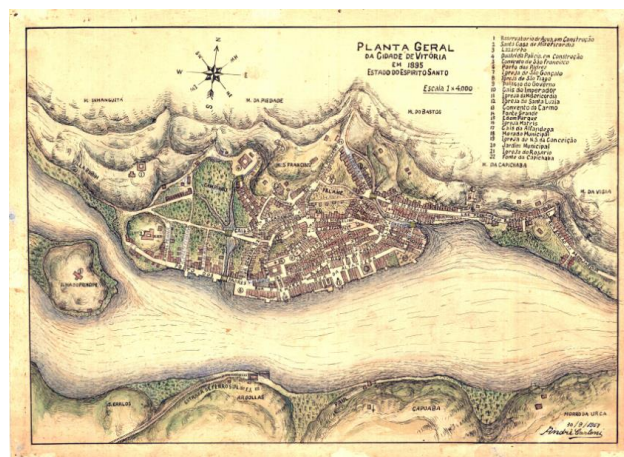


Figura 1: Planta da Cidade de Vitória em 1895. Fonte: IPHAN, 1967

Era intenção também do governo melhorar as condições habitacionais da cidade e o contrato Torrens incluía a obrigação da contratada de construir nos novos terrenos ganhos ao mangue, 200 casas no prazo de três anos, habitações que deveriam “gozar de todas as vantagens de confortabilidade, arejamento, segurança e hygiene” (GEES. 1894. p.08). “O plano trazia um novo padrão urbanístico para Vitória prevendo um parcelamento que se diferenciava do modelo colonial existente porém, no fim do governo de Freire, as obras da Vila Moscoso (antigo Campinho) ainda não tinham sido realizadas, devido à crise financeira que assolou o Estado neste período” (BELLINI, 2014, p. 296).

“A condição sanitária da capital propiciava surtos e moléstias, por muitas vezes, atingindo cifras impressionantes e exterminando quase que populações inteiras” (DERENZI, 1965, p. 203). O custo para a realização das obras de saneamento, abastecimento d’água e instalação de redes de esgoto implicava em vencer acidentes geográficos ou contornar grandes áreas o que as tornava incompatíveis com os recursos disponíveis. A geografia da ilha ainda era fator agravante, a ligação com o continente era somente realizada por via marítima ou pela ponte da passagem (1801), que ficava localizada na direção oposta à área central, no entanto, no ponto mais estreito para transposição para o continente.



Figura 2: Projecto da Planta de Victoria. Fonte: Arquivo do Estado do ES, 1913

Na figura 2 é possível diferenciar a direita a implantação inicial da cidade com seu traçado orgânico acompanhando a topografia e a nova área aterrada a esquerda, com traçado ortogonal.

A regularização do novo bairro conquistado ao mangue, com ruas paralelas e ortogonais, incluía a destinação de uma grande área central para um Parque público na cidade, o primeiro que não era apropriação de antigos espaços coloniais e que era projetado especificamente dentro dos padrões urbanísticos do século XIX: o de um programa que incluía na urbe lazer e saúde.

Somente no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), contudo, a arrecadação voltou

a crescer para que as mudanças urbanas se concretizassem: a finalização dos aterros, a implantação das redes de drenagem, água e esgoto, a iluminação pública, o embelezamento da região do Campinho com o Parque Moscoso e a introdução do bonde (BELLINI, 2014, p. 297).

Vilas operárias em Vitória

Embora segundo Cruz (2010, p.130) não tenha havido corrida por habitação na região central, o documento do Estado do Espírito Santo – *Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio 1909 – 1912* relata a dificuldade sentida pela população pela falta de habitação. “Para estimular a iniciativa particular e havendo casas ocupadas por 2 a 3 famílias reunidas, contratei com o Sr. Coronel Antônio José Duarte a construção de 50 a 100 casas no Campinho, as quais ele iria construir por grupos parciais.” (GEES, 1913, p. 313).

A construção de habitações higiênicas foi a materialização da política reformista promovida pelos governos para a transformação das cidades. A baixa qualidade das habitações, a falta de infraestrutura sanitária e o incremento da densidade demográfica nas regiões centrais foram fatores que propiciaram epidemias. A participação de médicos e engenheiros sanitaristas norteou as reformas urbanas.

Em Vitória as vilas higiênicas estão relacionadas a um desenvolvimento urbano propiciado pelo crescimento econômico baseado na lavoura do café, que floresceu a partir das duas últimas décadas do século XIX. Na capital do Espírito Santo a formação de cortiços foi tímida e não houve corrida no início do século passado por habitação na região central.

O aterro e loteamento do Campinho, concluído em 1912 e a construção de casas para funcionários públicos em suas imediações foram às primeiras iniciativas do governo relacionadas à habitação para as classes populares na cidade. Dentro do contexto urbano as casas materializavam a parte privada da grande reforma que demonstrou a intenção ordenadora pelo traçado do novo arruamento e a criação do Parque Moscoso. O parque, projetado para deleite da população, era um jardim lúdico repleto de elementos artificiais inspirados na natureza. Um segundo conjunto de dezesseis casas foi construído às margens do parque urbanizado, no ano seguinte a sua inauguração, utilizando elementos da arquitetura mourisca e linguagem arquitetônica usual no período que, em nada as deixavam diferenciar das residências das classes mais favorecidas. A Vila Militar compôs o conjunto de casas da região sendo estas construídas para oficiais e sargentos e como as demais utilizando o ecletismo na decoração das fachadas e plantas mínimas que, quando repetidas formavam quadras residenciais dentro dos preceitos da nova ordem urbana.

Na mesma década, nas proximidades do Pelames, área alagadiça já aterrada no século XIX, foi construída a Praça Paula Castro (atual Praça Ubaldo Ramalhete) e junto a esta o conjunto de casa das Ruas Coutinho Mascarenhas e Gama Rosa para funcionários públicos. Projetadas pelo italiano André Carloni, mestre autodidata que atuou na construção de prédios públicos, as casas geminadas e rebatidas foram entregues com total infraestrutura. Este conjunto situa-se também nas proximidades da atual Praça Costa Pereira, que se localiza na mesma área do antigo Largo da Conceição ou Prainha, e que pelo *Projecto do Novo Arruamento da Victoria* de 1913 recebeu uma reorganização do traçado urbano para melhoria da circulação (GEES, 1913).

Na década de 20, Vitória era o principal centro comercial do Espírito Santo; foram iniciadas as obras do porto, inaugurada a “Cinco Pontes” no Governo de Florentino Avidos e aberta a Avenida Capixaba.

Em 1922 a Praça Costa Pereira passou a denominar-se Praça da Independência e no ano seguinte é oficialmente inaugurada. Neste período são edificados os conjuntos residenciais da Rua Aristides Freire e Rua Deocleciano de Oliveira próximos a esta.

“As novas ruas e aquelas que foram retificadas no interior do núcleo inicial ocupavam um sítio físico mais plano, fruto de aterros onde malhas racionalistas desenham figuras regulares.” (KLUG, 2009, p.34).

Casas do Campinho

A construção, pelo governo do estado, do grupamento de casas do Campinho para funcionários estatais pode ser vista como o primeiro conjunto habitacional construído diretamente pelo poder público. Junto ao conjunto, a Sociedade Constructora de Victoria levantou novas casas à Rua Vasco Coutinho. E próximas a estas e ao quartel, foi construída a Vila Militar.

A área conhecida anteriormente como Lapa do Mangal teve aterro iniciado em 1888 e finalizado em 1911, nesta ocasião as terras foram desapropriadas e as partes alienadas por aforamento, por se tratar de legítimos terrenos da Marinha, foram requeridas pelo Patrimônio da União.

“Jerônimo Monteiro instituiu, em dezembro de 1910, a Caixa Beneficente e por meio dela viabilizou diversos benefícios aos funcionários estatais, como o financiamento da casa própria.” (CRUZ, 2010, p.131).



Figura 3: Casas do Campinho. Fonte: Arquivo do Estado do ES, 1911

Da iniciativa do governante foram construídas, nas imediações do Parque Moscoso, vinte e oito casas para venda a longo prazo para os funcionários estatais entre a Rua do Norte (atual Henrique Constantino) e o Quartel de Polícia nas proximidades do Parque Moscoso conforme figura 3 e 5.

“Felizmente posso noticiar que já se acham concluídos o aterro e as vinte e oito casas da Villa Moscoso.” (GEES, 1911, p. 17).

Nos dias atuais, nas ruas que contornam a quadra (Rua Henrique Coutinho, Rua José Bonifácio, Rua Washington Pessoa e Rua Loreno Pena) as verticalizações bem como a reforma das fachadas modificaram o perfil da vila e em poucas unidades encontram-se traços que remetem à arquitetura eclética do início do século XX.

Elementos mais marcantes da arquitetura como o chanfrado da esquina permaneceram. Também, em algumas unidades é possível visualizar a platibanda e o friso que remetem à arquitetura original. O Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) inventariou uma residência desta vila, na Rua Henrique Coutinho, que recebeu como indicação: “merecendo tombamento ou identificação apesar do alto grau de descaracterização.” (UFES, 2002, p. 28)

Casas da Rua Vasco Coutinho

Após a construção do Conjunto de Casas do Campinho nova área foi disponibilizada nas proximidades deste e do quartel. Este conjunto de casas pode ser observado à esquerda do Parque Moscoso, já urbanizado, na figura 4 destacadas em vermelho.

“O Parque Moscoso foi inaugurado festivamente em 19 de maio de 1912 com a presença do presidente Jerônimo Monteiro passando desde então a ser considerado o mais belo e acolhedor logradouro de Vitória.” (ELTON, 1999, p.71)

As casas continuam elementos da arquitetura mourisca e as esquadrias alternavam entre vergas retas e em arco pleno. Atualmente, apenas uma residência conserva a porta de entrada original, o óculo sobre a verga e os frisos que emolduram a platibanda.

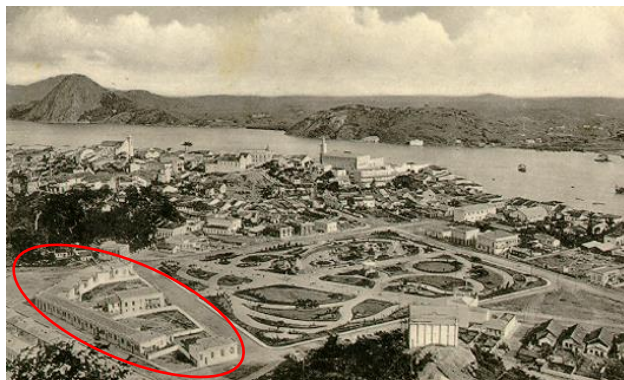


Figura 4: Casas da Rua Vasco Coutinho. Fonte: IPHAN, s/ data

Vila Militar

“No governo de Marcondes Alves de Souza (1912 à 1916) construiu-se a Vila Militar, um conjunto de casas para oficiais originando a Rua dos Funcionários (atual Rua Soldado Antônio Farias) e outras duas ruas nomeadas por Vila Militar (atuais Rua Bernardino Monteiro e a Rua Marcondes de Souza).” (UFES, 2002, p. 29).

O Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES inventariou sete residências desta vila (três na Rua Soldado Antônio Farias, três na Rua Bernardino Monteiro e uma na Rua Marcondes Silva) que receberam como indicação do grau de proteção: “merecendo tombamento ou identificação.” (UFES, 2002, p. 29-35). De fato, é possível encontra-las com sua escala mantida e elementos de fachada preservados.

Na figura 5 é possível visualizar os três conjuntos da Região do Parque Moscoso, onde em vermelho são as casas do Campinho, em azul as da Rua Vasco Coutinho e em amarelo a Vila Militar construída dos lados direito e esquerdo do quartel.

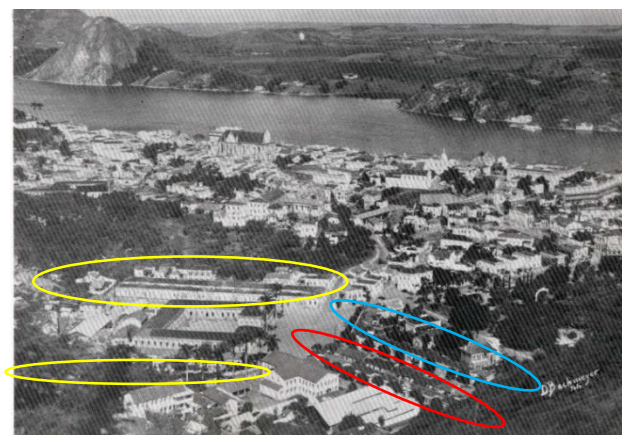


Figura 5: Vista da Vila Militar, Casas do Campinho e Rua Vasco Coutinho. Fonte: IPHAN, s/ data

A Vila Militar e as duas anteriormente construídas compuseram o conjunto de casas higiênicas para a região do Parque Moscoso. Desta forma funcionários estatais e militares obtiveram residências subsidiadas pelo governo na região que surgia dentro dos novos preceitos sanitaristas e de embelezamento. Famílias de camadas sociais mais abastadas também adquiriram terrenos e construíram suas residências nas ruas lindeiras ao parque e suas imediações. A cidade realiza na segunda década do século XX o que previa o plano Torrens do século anterior.

Casas da Rua Gama Rosa

“Na reconstrução da cidade de Vitória se destacou a figura do italiano André Carloni, mestre autodidata que atuou na construção de prédios públicos e nos primeiros conjuntos residenciais para funcionários públicos como o da Rua Gama Rosa.” (SECULT, 2009, p.3).

Contemporâneas as Casas do Campinho foram também construídas entre 1908 e 1912 no governo de Jerônimo Monteiro.

“O conjunto era formado por casas de plantas idênticas porém rebatidas e a mesma fachada. Foram entregues com total infraestrutura como água encanada, energia elétrica e até telefone.” (UFES, 2002, p. 36)

A única edificação que conserva o desenho original da fachada e das esquadrias abriga um restaurante. No Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES esta foi indicada com o seguinte grau de proteção: “merecendo tombamento ou identificação” (UFES, 2002, p. 36) e possui um bom estado de conservação.

Casas da Rua Coutinho Mascarenhas

Foram construídas em aterro sobre área de mangue. “A área conhecida como *Pelames*, por abrigar um curtume, era toda alagadiça e foi aterrada pelo governador Francisco Alberto Rubim. Em 1858 o governador Coronel Monjardim desapropriou terrenos e casas para a construção da Praça Ubaldo Ramallete.” (UFES, 2002, p. 38)

O calçamento da Rua Coutinho Mascarenhas foi inaugurado juntamente com o conjunto de casas no início do século passado. Há controvérsias quanto ao período da conclusão da construção das mesmas, enquanto o Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES aponta para o governo de Jerônimo Monteiro a pesquisa no local identificou a data de 1925 no frontão de uma das quatro unidades remanescentes.

“O aterro tinha sido concluído no governo de Afonso Cláudio e durante a gestão de

Jerônimo Monteiro nesta rua Coutinho Mascarenhas e na rua Gama Rosa foram construídas casas para funcionários públicos.” (UFES, 2002, p. 38).

Das casas geminadas restaram com médio grau de descaracterização quatro unidades sendo, que apenas duas geminadas. Fazem parte do inventário realizado pela UFES identificadas com o seguinte grau de proteção: “merecendo tombamento ou identificação”. (UFES, 2002, p. 38 - 41).

A figura 6 retrata o conjunto no início do século passado.

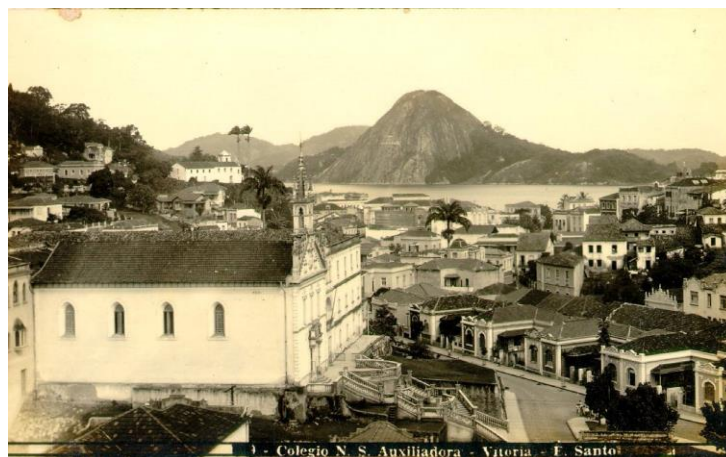


Figura 6: Vista do Conjunto da Rua Coutinho Mascarenhas. Fonte: IPHAN, s/ data

Conjunto de casas das Ruas Aristides Freire e Deocleciano de Oliveira

A Rua Aristides Freire, Travessa Aristides Freire (atual Rua do Vintém) e Ruas Deocleciano de Oliveira e Graciano Neves compõem conjunto de casas que foi construído nas proximidades da Praça Costa Pereira. A Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitória de 1933 apresenta este conjunto como os citados anteriormente.

Assim como em relação ao Conjunto de casas da Rua Vasco Coutinho, o Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES não os indica para o inventário possivelmente pelo grau de descaracterização de ambos.

Na Rua Aristides Freire foi possível identificar numa das casas as linhas geometrizadas que remetem ao *art decó* dos anos 20 ou 30 do século passado.

A Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo em 1936, pelo governador João Punaro Bley, apresenta imagens da Rua Aristides Freire com calçadas e meio fio, as casas para funcionários construídas bem como a Rua Graciano Neves urbanizada.

Na figura 7 a seguir, é possível visualizar os três conjuntos da Região da Praça Costa Pereira e Praça Ubaldo Ramalhete, onde em vermelho são as casas da Ruas Aristides Freire e

Deocleciano de Oliveira, em azul as da Rua Coutinho Mascarenhas e em amarelo as da Rua Gama Rosa. Desta forma o governo subsidiou até a década de 30 casas para funcionários estatais e militares dando continuidade ao Projeto de Jerônimo Monteiro.

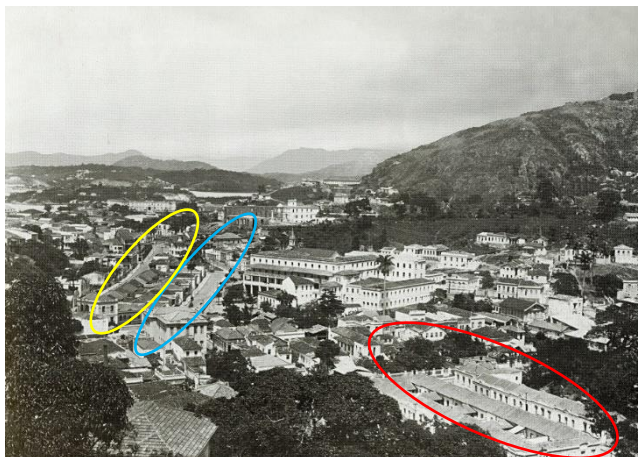


Figura 7: Vista dos Conjuntos dos Conjuntos de Casas das Ruas Aristides Freire e Deocleciano de Oliveira; Rua Coutinho Mascarenhas e Rua Gama Rosa. Fonte: IPHAN

Conclusões

No espaço urbano de Vitória pode-se observar claramente a apropriação por parte do poder público de áreas significativas da cidade reurbanizada destinadas à construção de residências higiênicas que além da função sanitarista simbolizaram o ideário positivista e republicano, ainda que localizadas nos diversos bairros da cidade (Parque Moscoso, Centro e Jucutuquara) descrevem com sua arquitetura o mesmo período temporal.

A habitação das classes populares seguiu a malha urbana na direção leste e contribuiu para a sua criação, ocupação e transformação. Importante reconhecer que a arquitetura e o urbanismo estavam entrelaçados nas reformas urbanas higienistas e através dos mesmos e seus simbolismos, a nova ordem política, econômica e cultural se fez demonstrar.

Os conjuntos residenciais pesquisados foram de iniciativa do poder público e suas unidades vendidas. A autonomia do proprietário permitiu com o passar dos anos a desconfiguração dessas arquiteturas e poucas são as encontradas que conservam o desenho original. Ainda assim o mapeamento dessas iniciativas através da pesquisa de imagens, processos e relatórios, bem como as visitas a campo, permitiram o resgate da história e através deste documento e de outros subsequentes pretende-se contribuir registrando a formação da habitação social na região central de Vitória.

Referências Bibliográficas

- BELLINI, Anna Karine de Q. C. 12º ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil: *Parque Moscoso – Vitória / ES. Os deleites de uma paisagem construída*, 2014, Vitória, Anais.
- CRUZ, Patrícia Stelzer. *Território da mobilidade urbana na metrópole portuária da Grande Vitória*. M.Sc., PPGAU/ UFES, Vitória, ES, Brasil, 2010.
- DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Rio de Janeiro: Pangetii, 1965.
- ELTON, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. Vitória: Edufes e Secretaria Municipal de Cultura, 1999.
- Governo do Estado do Espírito Santo (GEES). *Contracto entre a Companhia Brasileira Torrens e o Governo do Estado do Espírito Santo para obras de abastecimento d'água, esgoto e construção de casas na cidade da Victoria*. Rio de Janeiro: Typographia Guimaraens, 1894.
- Governo do Estado do Espírito Santo (GEES). *Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 à 1912 – Exm. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro*. Victoria: Imprensa Estadual, 1913.
- Governo do Estado do Espírito Santo (GEES). *Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro*. Victoria: Imprensa Estadual, 1911.
- KLUG, Letícia Beccalli. *Vitória: Sítio Físico e Paisagem*. Vitória: EDUFES, 2009.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. *Cidade prospectiva: o projeto Saturnino de Brito para Vitória*. São Paulo: Annablume, 2009.
- Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). Processo 44264810. *Tombamento de Edificações da Rua Muniz Freire* de 02/03/2009.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. “Atores da construção civil na Província do Espírito Santo do século XIX” in: PESSOTTI, L & RIBEIRO, N. P. *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2011. pp. 125-149.
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). *Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória*. Vitória, 2002.